

2ª Reunião Extraordinária da CDHHAIA

“A Convenção da Haia Frente à Realidade da Violência Doméstica:
o Testemunho de Mães Brasileiras e a Atuação das Organizações de
Apoio no Exterior”

1 jul. 2025

Valéria de Angelo Ghisi

- Mãe de Haia
- Violência Doméstica
- Revitimização pelo Estado
- Solicitação: Abertura de Inquérito na Polícia Federal para investigar a participação da AGU nos casos de Haia.

Violência Doméstica - AGU

Ignora - omite - desconsidera provas de violência doméstica

prisão em flagrante - declarações de órgãos de assistência franceses e laudos periciais solicitados e estabelecidos pela Justiça Federal.



Evitar a aplicação do artigo 13 B.



Defender os interesses do genitor agressor estrangeiro.

Consequências imediatas.

- Prisão da mãe na chegada em Paris.
- Separação brutal entre mãe e filha
- Descumprimento de TODAS as salvaguardas estabelecidas.
- Mandado de Prisão oculto da JFPR mas de conhecimento da AGU que fez a retirada do passaporte na secretaria da vara da JFPR encaminhando para as autoridades francesas.

Bonjour,

Suite à notre conversation téléphonique, je vous prie de bien vouloir trouver ci-joint le mandat d'arrêt concernant DE ANGELO GHISI Valeria, son passeport ainsi que celui de sa fille mineure.

Leur arrivée est prévue demain matin 7h40 à CDG par un vol AIR France en provenance de Rio de Janeiro.

La famille BENITA c'est-à-dire BENITA Benjamin, BENITA Naomi et Valeria DE ANGELO GHISI s'est enregistrée à l'aéroport de CURITIBA ce matin. Les formalités se sont effectuées en présence de la représentante de l'avocat général Brésilien et de l'officier de liaison français Hervé BLAISE, antenne du SSI de SÃO PAULO.

Ils se sont envolés vers RIO d'où ils repartiront ce soir par vol Air France 443 à 17h40 (+3 en FR).

Leur transit à RIO sera accompagné par la police fédérale jusqu'au décollage de l'appareil.

Arrivée prévue à CDG demain matin, 7h40.

S'agissant des conditions d'exécution du mandat d'arrêt et compte tenu des engagements pris vis-à-vis des autorités brésiliennes, je vous demanderai :

- de procéder à l'accueil de la mère de la manière la plus discrète pas des policiers en tenue civile et sans menottage préalable (sauf nécessité) ;
- de confier l'enfant au père, sans OPP nécessaire, ce dernier exerçant valablement son autorité préalable ;
- de laisser l'enfant et le père avec Madame DE ANGELO GHISI pendant toute la procédure de notification du mandat afin de ne pas crispier la situation et porter atteinte à l'intérêt de l'enfant;
- de conduire la famille au TGI de PARIS, 1er galerie Instruction, E1G10 sans passage par le dépôt et dans la mesure du possible en voiture banalisée ;

A leur arrivée, ou à tout moment en cas de difficultés, vous pouvez me joindre au 01.44.32.98.57 / portable 06.75.64.79.49.

Je vous remercie d'avance pour vos diligences.

Cordialement,

Amaria Tlemsani
Juge d'Instruction

Decisões Transitadas em Julgado

“ Desse modo, no que toca ao sistema jurídico brasileiro, encontra-se atestado e sacramentado que a menor foi levada do solo nacional de modo irregular, ofensivo aos ditames da Convenção de Haia.

Isso significa que a antecipação de tutela deferida na sentença se revelou inválida, causando prejuízos praticamente irreversíveis para a menor e para sua mãe e avós brasileiros, privados do contato recíproco”

Ítem 27 - decisão de 19/08/2022

Decisões Transitadas em Julgado

- “ A União escudou o pedido do genitor, afiançando sua pretensão em juízo. Esforçou-se, como atestam os autos, para assegurar que a menor fosse transferida com urgência para o território francês, depois, porém, que o TRF atestou a irregularidade da medida, simplesmente atribuiu à requerida todo o ônus de buscar a reversão da situação, sem atentar minimamente para a injustiça causada.”
- Decisão de 24/03/2023

Decisões Transitadas em Julgado

- “ A transferência da menor se deu de modo irregular, o que pode ser equiparado a sequestro para fins de aplicação da Convenção, sobretudo diante da atuação de má-fé do genitor, perante o judiciário brasileiro”
- Decisão de 24/03/2023

Após 9 anos do repatriamento

- Mesmo com uma decisão Francesa que me assegura a autoridade parental e o direito de visita, neste momento, faz uma mês que não falo com minha filha e terei que desmarcar minha próxima viagem porque o genitor afirmou que não ira permitir.
- Um processo na França, custa milhares de euros.
- A AGU permanece recorrendo de todas as formas, impedindo a liberação do pagamento das custas advocatícias na França já determinado judicialmente.

Efeitos da aplicação da Convenção de Haia

- Ruptura brutal dos laços entre mãe e criança.
- Nenhuma mãe cuja criança é retornada pela convenção consegue a guarda de seus filhos. Muitas são presas ou nunca mais veem seus filhos.
- A mãe que foge da violência torna-se uma criminosa - Sequestradora Internacional de Menores.
- A criança perde o contato com suas origens, sua família e sua cultura.

Pedidos

- Abertura de inquérito na PF a fim de apurar vários crimes em tese, já apontados na audiência de novembro passado nesta mesma Comissão.
- Acompanhamento do Itamarati e da PGR na França.
- Ajuda do Senado para que a AGU respeite e cumpra a decisão unanime do STF, transitada em julgado em fevereiro de 2022, e realize todas as medidas necessária para efetivar o retorno de minha filha ao Brasil.

Obrigada pela
atenção

- Contato: ghisivaleria@gmail.com